

## TENDÊNCIAS EM TORNO DAS REFERÊNCIAS DE QUALIDADE ALIMENTAR E SEUS IMPACTOS NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS: O CASO DA CAFEICULTURA FAMILIAR NO SUL DE MINAS GERAIS<sup>1</sup>

Miguel Angelo da Silveira<sup>1</sup>; Paulo Eduardo Moruzzi Marques<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Pesquisador, D.Sc., Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, SP, [miguel@cnpma.embrapa.br](mailto:miguel@cnpma.embrapa.br)

<sup>2</sup> Professor e pesquisador, D.Sc. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, [pmarques@esalq.usp.br](mailto:pmarques@esalq.usp.br)

**RESUMO:** O estudo analisou uma experiência em torno da cafeicultura familiar sul mineira, dos municípios vizinhos de Machado, Poço Fundo e Campestre, na busca de respostas às novas demandas e expectativas no que diz respeito à qualidade do café. Tendo como prisma a noção de multifuncionalidade da agricultura e a análise de dinâmicas territoriais e projetos coletivos, o estudo conclui que, efetivamente, novas dinâmicas agroalimentares emergem na região, o que permite afirmar que o modelo produtivista e industrial de concepção da agricultura passa cada vez mais a ser objeto de contestação.

**Palavras-chave:** multifuncionalidade da agricultura, comércio justo e solidário, cafeicultura familiar, dinâmicas territoriais.

### TENDENCIES AROUND FOOD QUALITY REFERENCES AND ITS IMPACTS ON THE TERRITORIAL DYNAMICS: THE CASE OF THE FAMILY COFFEE GROWERS IN THE SOUTHERN OF MINAS GERAIS, BRAZIL.

**ABSTRACT:** This work deals with the results of a research based on family coffee growers from the cities of Machado, Poço Fundo and Campestre, in the Southern region of Minas Gerais, Brazil, searching for responses to the new demands and expectations concerning coffee quality. Focusing the theoretical notions of the agriculture multifunctionality, territorial dynamics and collective projects, this study concludes that the new agrofood dynamics are effectively present in that area, what makes it possible to state that the productivist and industrial model of agriculture conception is becoming, each day, a goal of contestation.

**Key words:** agriculture's multifunctionality, fair trade, family coffee agriculture, territorial dynamics.

### INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva identificar as contribuições da agricultura familiar sul mineira para o desenvolvimento territorial, sob o prisma da noção da multifuncionalidade da agricultura e com base na análise de dinâmicas territoriais e projetos coletivos selecionados em três municípios vizinhos - Poço Fundo, Machado e Campestre. Nesta área se concentra uma das maiores produções de café do país com qualidade superior, historicamente fundada em bases familiares, cujo cultivo se situa em áreas de montanha.

Conforme os estudos de Moruzzi Marques et al. (2007), a agricultura familiar desta região desenvolve experiências pioneiras em termos da conciliação da produção agrícola com as vocações territoriais, nas quais dimensões tais como identidades culturais, iniciativas sociais, aptidões ecológicas e ações ambientalistas passam a ser reconhecidas como essenciais.

O trabalho leva em conta que o café é, efetivamente, responsável pela emergência de uma significativa identidade territorial e destaca, ademais, que o potencial sócio-econômico da produção familiar local pode se traduzir em um trunfo vigoroso, desde que fundado nas relações particulares desta forma de produzir com a natureza, que potencialmente favorecem o reconhecimento das múltiplas funções da agricultura. Estas últimas configuram-se como uma ressignificação das concepções de desenvolvimento, principalmente quando associadas às preocupações com o equilíbrio da ocupação territorial, com a criação de empregos, com a garantia de geração de renda para a reprodução social da agricultura familiar e com o desenvolvimento de um saber ambiental específico, centrado, neste caso, no sistema orgânico de produção.

---

<sup>1</sup> Este texto foi adaptado do capítulo intitulado "Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais", dos mesmos autores, publicado em 2009 no livro da Editora Mauad, intitulado "Agricultura familiar, contribuições para o desenvolvimento territorial do Brasil". A coletânea contém os resultados do projeto "Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil", executado no período 2006-2008 com apoio do Nead/IICA.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para o estudo das contribuições do segmento familiar para o desenvolvimento territorial, os procedimentos metodológicos adotados levaram em conta a articulação das unidades familiares entre si, as complexas relações estabelecidas entre elas e o território e as implicações relacionadas às estratégias e políticas públicas de desenvolvimento territorial. A análise destes aspectos foi fundamentada sobre quatro componentes principais: demográfico-social, econômico, ambiental e espacial.

Como resultado, identificou-se uma dinâmica territorial dominante e selecionou-se um projeto coletivo, em função de sua relevância para a perspectiva socioterritorial. Trata-se de: 1) 'Dinâmica preponderante em torno do café', determinada pelo modelo produtivista/industrial da própria *filière* do café, na qual a agricultura familiar se beneficia apenas marginalmente. Neste modelo, atuam as cooperativas tradicionais, como a Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo (Coopfundo), a Cooperativa Agrária de Machado (Coopama) e a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), e do 2) 'Projeto produtivo orgânico fundado no princípio do comércio justo'<sup>2</sup> encabeçado pela Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam).

Desta perspectiva, escolheu-se como ponto de partida para a análise, e referência espacial inicial, o município de Poço Fundo, buscando-se identificar as principais articulações com amplitude supramunicipal empreendidas por iniciativa de diferentes de atores. Assim, o estudo foi baseado em entrevistas que consistiram em identificar as representações sociais destes últimos, entre eles: os dirigentes do projeto selecionado, gestores públicos (prefeito municipal, secretário da agricultura, e dois vereadores); sete agricultores familiares (todos instalados no território, mas quatro ligados ao projeto coletivo em questão e outros três não engajados); presidentes das três cooperativas localizadas em Poço Fundo; agentes de extensão rural; dois compradores autônomos de café e, enfim, dois professores universitários.

No quadro do marco conceitual da pesquisa, o território é concebido como lugar de construção de recursos específicos, condição vista como essencial para a criação de bens diferenciados. Ganha terreno assim a idéia de que o espaço território carrega vida e cultura, fermento potencial do desenvolvimento. Nesta perspectiva, torna-se pertinente considerar o dinamismo dos indivíduos em suas iniciativas tanto nas esferas econômicas quanto nas socioculturais e ambientais (PECQUEUR, 2002). Já os projetos coletivos constituem alianças e engajamentos dos atores sociais e institucionais em torno de compartilhamento de recursos e objetivos. Estes últimos são considerados como meios e perspectivas de intervenção sobre o território. A propósito, este quadro de referência permite também analisar as dinâmicas territoriais induzidas pelas ações das empresas privadas, mas sem as considerar, no entanto, enquanto projeto coletivo. Nesta abordagem, as dinâmicas territoriais são tomadas em conta a partir, sobretudo, do tipo de lógica que as orienta, associadas a quatro grupos de vetores: projetos coletivos, iniciativas das empresas privadas, ações fragmentadas e políticas públicas.

A estrutura do presente artigo dá destaque à dinâmica territorial identificada e procede à análise do projeto coletivo selecionado para, finalmente, à luz das evidências, apresentar as conclusões.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A dinâmica territorial ligada ao modelo produtivista e industrial do café

No âmbito do modelo produtivista e industrial da *filière* do café, que induz uma estruturação territorial em torno da produção do café *commodity*, nota-se que a sua fundamentação econômica, ecológica e geográfica estabelece um tipo de organização social que submete a quase totalidade dos agricultores familiares das áreas estudadas a situações de marginalização que, como conseqüência, a impede, em grande medida, de exercer com plenitude múltiplas funções, de modo a poder contribuir com um desenvolvimento de caráter sustentável. Apesar disso, o sistema de produção familiar do Sul de Minas, mesmo no âmbito do *commodity* café, ainda se apresenta com certo grau de viabilidade, considerando aspectos técnicos, organizacionais e socioeconômicos.

Do ponto de vista da multifuncionalidade da agricultura, vale destacar que um território, sendo unidade delimitada, é simultaneamente um espaço de agregação e de segregação. Esta característica é fundamental no que diz respeito aos territórios resultantes de ações coletivas.

Oportuno apresentar aqui algumas idéias sobre as lógicas desta dinâmica. Convém mencionar que a competitividade do setor constitui o objetivo recorrente de discursos e práticas em torno da idéia de expansão do agronegócio brasileiro. Nesta perspectiva competitiva, defende-se a liberalização econômica em escala internacional para permitir uma regulação da agricultura unicamente pelos mecanismos de oferta e demanda. No cenário de retirada progressiva dos entraves ao livre comércio, as exportações agrícolas de *commodities* se multiplicariam, lógica que se justificaria pelo pressuposto de que os consumidores alcançariam grandes vantagens em razão da queda constante de preços. As firmas agroindustriais e as grandes redes de supermercados consolidam-se como atores que definem as

<sup>2</sup> O comércio justo é uma prática comercial assentada em um conjunto de normas, cujos princípios são a transparência, a participação e a democratização. Trata-se de proporcionar condições financeiras mais vantajosas para a produção familiar de países do chamado Terceiro Mundo.

regras do jogo, com campo livre para impor sua concepção de qualidade. Seus poderosos instrumentos de comunicação publicitária tornam suas marcas comerciais referência praticamente exclusiva para as escolhas dos consumidores.

Apesar de uma grande gama de produtos, estas empresas mostram fundamentalmente interesse, todavia, por uma matéria-prima uniforme, com características as mais controláveis possíveis. Como sugere Lacombe (2002), a eficácia técnica da cadeia de transformação depende de uma “diferenciação tardia” dos produtos. Quer dizer, a partir de uma matéria-prima agrícola homogênea, as empresas agroalimentares desenvolvem técnicas de transformação desembocando em vasto leque de produtos que são tardiamente diferenciados entre si na cadeia do processamento. Desta maneira, as empresas combinam economia de escala nas primeiras fases do processo de transformação com a diversificação de sua gama de produtos, que se opera o mais tarde possível. Tal lógica permite reduzir estoques, prazos, horizontes de previsão, as oscilações da demanda, aumentando a produtividade dos sistemas. O processo requer, portanto, que a matéria prima alimentar tenha preços muito reduzidos e seja totalmente adaptada à transformação industrial, num quadro no qual os processos de produção agrícola são padronizados a fim de reduzir ao máximo os custos de produção. O papel da agricultura se resume, assim, na oferta massiva e constante de produtos homogêneos e baratos. Apesar da abundância da produção alimentar com custo relativamente baixo, esta banalidade da agricultura, com reflexos diretos na qualidade alimentar, preservação ambiental, ordenamento territorial e coesão do tecido social, preocupa profundamente consumidores-cidadãos.

Portanto na ótica produtivista e industrial, a proveniência e a forma de produzir não constituem critérios pertinentes para a definição da qualidade, pois é a marca comercial das grandes empresas agroindustriais e da grande distribuição que guiam as escolhas dos consumidores. No panorama em que a grande indústria alimentar e a grande distribuição definem livremente as regras do jogo, os cenários se tornam muito desfavoráveis à agricultura familiar, à salvaguarda da biodiversidade tropical, à dinamização dos territórios rurais e aos esforços com vista a uma oferta agrícola de qualidade superior em termos alimentares. Com efeito, tais cenários deixam ampla margem para a propagação de uma visão produtivista do sistema agroalimentar, cuja conseqüência consiste em reduzir o alimento a uma matéria-prima indiferenciada. Assim, a perspectiva produtivista leva à consolidação de uma abordagem pouco propícia às questões ambientais, sociais e culturais.

No caso da cafeicultura, as lógicas que negligenciam as formas e relações de produção se associam aos produtos indiferenciados, cujo lugar no mercado é ocupado pelo baixo preço associado à reputação das marcas das empresas torrefadoras e solubilizadoras que levam o produto final ao consumidor. As tendências do consumo de café nos países importadores mostram, no entanto, uma recusa crescente a tal modelo. O fenômeno das certificações evidencia a procura por outros referenciais de qualidade no lugar daqueles oferecidos unicamente pelas marcas comerciais.

Conforme já foi mencionado, no Sul de Minas, sob o ponto de vista agropecuário, o café é o principal produto, pois além de representar uma *commodity* com valores negociados consideráveis (o Sul de Minas historicamente tem produzido mais café que alguns países produtores), acaba por encadear diferentes atividades que permeiam sua cadeia produtiva. São fornecedores de insumos, armazéns de beneficiamento e estocagem, comerciantes (corretoras e exportadoras), estruturas de assistência técnica, entre outros.

Convém precisar que a ocupação geográfica do café no Sul de Minas ocorre em áreas de montanha (bioma da Mata Atlântica), caracterizadas pelo cultivo em zonas com relevo acidentado, e em áreas mais planas (tipicamente de Cerrado ou transição). Essa distinção topográfica e de biomas delimita dois tipos de estrutura fundiária: as grandes empresas do agronegócio cafeeiro que se encontram, em sua grande maioria, nas áreas com topografia mais plana e, conseqüentemente, mais mecanizáveis e, os estabelecimentos familiares, que predominam nas áreas de difícil mecanização, com tamanhos menores e maior relação de trabalho por unidade área.

No território dos municípios de Machado, Poço Fundo, Campestre, predomina a segunda estruturação, tratando-se de café produzido por famílias de cafeicultores e também por produtores não familiares de médio porte. As formas de exploração variam de cafés mais largos (com menos de 4.000 plantas/ha) a mais adensados (acima de 4.000 plantas/ha e com produtividades superiores), colheita manual ou mecanizada (colhedoras costais na sua maioria), processos de secagem via úmida (lavador com despulpador ou descascador de cereja) ou via seca (em terreiros de terra, cimento ou asfalto). As combinações possíveis dentro dos diferentes sistemas dizem respeito à escala de cada produtor e ao seu nível tecnológico.

### **Projeto produtivo orgânico fundado em princípio do comércio justo.**

De toda evidência, a cafeicultura brasileira tem apresentado respostas a expectativas e demandas por produtos associados a uma representação de qualidade que se afasta em grande medida das referências oferecidas pelas grandes empresas agroalimentares. As iniciativas em torno da Coopfam, talvez a referência mais importante na oferta mundial de café orgânico para o comércio justo (SILVEIRA et al. 2006), foram escolhidas enquanto projeto coletivo de interesse maior para a análise, em razão de sua profunda ancoragem nestas tendências em torno das representações de qualidade, associadas às ações cujos efeitos favoreçam, em grande medida, um “processo de especificação territorial”.

A pré-condição para a existência do território construído é a presença de atores que lhe conformam a imagem e que lhe conferem os canais de representação que permitem estabelecer laços das famílias produtoras com os consumidores. Sendo assim, é legítimo pensar que também as atividades agroalimentares estão ligadas ao território por intermédio de processos de construção social de longa duração, além de fatores naturais. E, desta forma, esses elos entre

as famílias agricultoras, seus produtos e seus territórios podem contribuir com o desenvolvimento local (PILLEBOUE, 2002).

Sob o ponto de vista antropológico, e a partir das análises de autores selecionados pela base conceitual da pesquisa, o território influenciado pelas práticas agrícolas da Coopfam, se funda em normas que tratam do intercâmbio, a solidariedade e a redistribuição (MAUSS, 1950; POLANYI, 1944). As compras coletivas de insumos e de equipamentos e implementos agrícolas, além das trocas de serviços e os mutirões ocorrem com alguma frequência em apoio aos produtores que apresentam problemas de saúde ou impossibilitados de executar as tarefas por outras razões. Aqueles produtores com áreas menores e que terminam a “panha” primeiro, colocam seu serviço à disposição dos “atrasados”. A secagem ocorre geralmente no terreiro (a maioria cimentado), pois poucos possuem secador. O café verde permanece no terreiro em torno de duas semanas, conforme as condições climáticas, e deve ser “rodado” diversas vezes por dia.

O sistema familiar de produção orgânica da Coopfam favorece o desempenho de múltiplas funções atribuídas à agricultura. Trata-se de um sistema mais sustentável de produção sem o uso de insumos químicos, de serviços prestados à coletividade por intermédio do sistema cooperativo, de práticas adotadas de respeito ao meio ambiente e de uma gestão inédita que lhe garante, do ponto de vista operacional, a rentabilidade econômica apoiada na certificação comércio justo, possibilitando melhores condições para a reprodução socioeconômica das famílias rurais e meios mais consistentes para alavancar a economia local.

A Coopfam é fruto de uma reflexão que se inicia nos anos 70 e 80, claramente marcada pela ação social da paróquia do município de Poço Fundo. Na sua linha de frente alguns padres ligados à Teoria da Libertação auxiliaram a organização de agricultores familiares e a formação de centros comunitários rurais, no âmbito da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A constatação de que as condições de vida das famílias dos agricultores se degradavam, o êxodo rural se acentuava e o apego aos valores em torno da terra diminuía incitou os jovens de Poço Fundo a resistir e a recusar tais processos como uma fatalidade. Assim, abraçaram a idéia de construir alternativas com vistas à revalorização da atividade agrícola familiar. Nesta perspectiva, a Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo foi instituída oficialmente em 1991, mesmo que sua organização data de 1984, fruto do trabalho da CPT e do grupo de jovens agricultores preocupados com o êxodo rural, em busca de meios para a sua sobrevivência.

Neste processo, a fundação de uma cooperativa foi considerada essencial para os objetivos comerciais e exportadores, o que ocorreu no ano de 2000, inicialmente com 20 cooperados, número logo ampliado. Neste mesmo ano, a EAFM, que mantém parceria com a Associação em questão desde 1998, coordenou a I Conferência Internacional de Mercado Justo e Café Orgânico do Brasil. Nesta ocasião, membros da Associação mantiveram contato com representantes de cooperativas de consumidores do Japão e empresas européias e americanas. A partir de então, a Associação intensificou seus relacionamentos internacionais.

Investindo pouco a pouco em equipamentos e estrutura para este tipo de inserção no mercado de café, a recém criada cooperativa exporta em 2001 os primeiros lotes de café orgânico sob o selo do comércio justo, para os Estados Unidos. Essa iniciativa favoreceu a abertura da exportação nestes moldes para outros países, tais como Itália, Inglaterra, Japão e Canadá. Em 2004, a cooperativa já contava com 196 filiados, agricultores com unidades de produção cuja área média varia de três a sete hectares. Deste conjunto, 130 eram, em 2004, produtores orgânicos. Dispersos pelos municípios de Poço Fundo, Natércia, Andradas e Campestre os estabelecimentos familiares vinculados à Coopfam podem ser concebidos como sementes da construção de outra representação do território, valorizando suas especificidades.

Na medida em que a Coopfam estimula as 246 famílias filiadas na sua órbita a se organizarem por núcleos nos bairros rurais a fim de, entre outras incumbências, discutir as mais apropriadas técnicas de produção orgânica, estes coletivos tornam-se centros difusores de valores e concepções sobre a agricultura, o desenvolvimento e o meio-ambiente. A propósito, os núcleos permitem uma articulação entre direção e base da cooperativa, cujos membros são, por diversas evidências, encorajados à participação.

Cabe enfatizar que esses núcleos funcionam como espaços de troca de experiências e repasse de informações entre os produtores com vistas a fortalecer a agricultura orgânica frente à convencional. O núcleo capacita agricultores interessados em aprender as técnicas de cultivo orgânico, estimulando-os a ingressarem na Associação de Pequenos Agricultores de Poço Fundo e na própria Coopfam. Ademais, os núcleos realizam a logística da produção por meio da recepção, armazenamento e embalagens dos produtos e também buscam criar e administrar canais de comercialização da produção dos agricultores dos municípios que compõem a cooperativa. Oportuno também destacar o mecanismo histórico de coordenação dos associados. Desde a sua criação a Associação mantém um regime de reuniões ordinárias mensais para tomada de decisões e para a formação de seus membros. Atualmente, as reuniões ocorrem na sede da Associação com os representantes dos onze núcleos. Cada representante de núcleo leva os encaminhamentos de assuntos discutidos para a reunião no bairro sede do núcleo, que ocorre também mensalmente com a participação maciça dos membros, geralmente na mesma semana que ocorre a reunião dos líderes. Este processo explica o grau de coesão observado.

A média da produtividade da Coopfam por hectare é de 30 a 35 sacas contra a média da produção de café convencional de 25 a 30 sacas por hectare. A produção anual é de 480.000 kg, o que corresponde a uma média de 25 *containers* de 19.200 kg, dos quais cerca de 70% é destinada ao exterior. O café é o principal produto que compõem esse projeto, porém, a produção orgânica também se estende aos hortifrutigranjeiros, fumo, mel, entre outros. Tal arranjo permite aos dirigentes da Coopfam avançarem a idéia segundo a qual a atenção ao abastecimento alimentar local

constitui uma prioridade. Esta concepção favorece a interpretação de que existe um desejo intenso de fortalecer os vínculos com o território, enquanto questão maior para a consolidação do projeto social, econômico e ambiental da cooperativa.

Este vigor associativo se fundamenta na experiência de produção e comercialização certificada de café, que rompe com a dependência da cafeicultura familiar com os canais tradicionais, cujas lógicas a exclui e expropria (Pedini, 2005). De fato, um sentido maior do comércio justo reside na possibilidade de obter uma remuneração importante do trabalho realizado pelo agricultor e sua família. Ademais, as cartas de intenção em torno do comércio justo evocam igualmente a idéia de garantir o respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos, de favorecer a preservação ambiental e de oferecer aos consumidores produtos de qualidade reconhecida.

A propósito, a igualdade de gênero constitui um critério de reconhecimento do comércio justo. No âmbito da Coopfam, tal debate ocorre no grupo de mulheres da cooperativa, que apontou o desenvolvimento do turismo rural como atividade com potencial de promover uma maior participação feminina. Outra perspectiva em debate pelas mulheres se refere à idéia do “café feminino”. Trata-se de um produto com apelo à sensibilidade pela causa feminina ao tornar visível a mão-de-obra da mulher em todas as etapas produtivas, particularmente com a confecção de embalagens artesanais para o café, com material obtido na localidade.

O objetivo atual da Coopfam consiste em atender os padrões de qualidade do sistema, adotando notadamente práticas ambientais que correspondam aos critérios que se consolidam em termos de referência de qualidade do comércio justo. Assim, a cooperativa investe na idéia de reforçar sua estrutura de apoio aos seus filiados, apostando numa estratégia de agregar valor aos seus produtos.

Nesta ótica, a Coopfam obteve em 2007 o registro de exportador com certificação de comércio justo e passou, ela mesma, a fazer suas próprias exportações, além da produção de outros grupos sul mineiros de produtores de café localizados no sul do estado com certificação de comércio justo.

No primeiro semestre de 2008, a Coopfam inaugurou a sua própria unidade de rebeneficiamento de café, de modo a poder controlar o padrão de qualidade exigido para o produto de exportação, além de ter condições de rastreá-lo. Nestas condições, cada produtor pode acompanhar como o seu café está sendo preparado e exportado. Portanto, trata-se de opção pela via independente de comercialização. Já a torrefação, apesar de não corresponder à demanda dos importadores, é considerada como uma etapa do processamento que deve ser realizada pela cooperativa a fim de permitir sua inserção no mercado brasileiro do comércio justo e solidário, em vias de constituição. Efetivamente, as estratégias adotadas até o presente se mostraram capazes de conferir um notório reconhecimento social à Coopfam, o que tem favorecido a constituição de parcerias e apoios.

A iniciativa e o sucesso da produção orgânica de café encabeçada pela Coopfam impulsionaram outras iniciativas deste modelo de produção. Atualmente, esta dinâmica produtiva orgânica tem o município de Poço Fundo como núcleo maior, porém sua abrangência inclui outros municípios da região. Aliás, no âmbito da própria Coopfam, existem apoios para a produção e comercialização de mel e hortifrutigranjeiros orgânicos e alguns cooperados destinam os seus produtos para a cidade de Pouso Alegre, importante núcleo urbano sul mineiro de 115 mil habitantes, distante cerca de 80 km de Poço Fundo.

O protagonismo da Coopfam — visto como um modelo de associativismo bem sucedido que consegue adequar concepções de conservação dos recursos naturais e responsabilidade social por meio do sistema comércio justo — provoca um efeito multiplicador de idéias e valores, impulsionando o cultivo orgânico, o comércio justo, ações de preservação do meio ambiente e um repensar do território. As funções desempenhadas pela Coopfam, centradas nos conceitos em torno da preservação do meio ambiente, preocupação com a saúde, compromisso com a comunidade e com a sustentabilidade, começam a fazer parte das agendas de outras cooperativas de Poço Fundo.

Este é o caso notório da Cooperativa de Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo e Região (Coocaminas). Trata-se de um projeto concorrente no campo do comércio justo e solidário. Fundada com 20 cooperados, a Coocaminas se propõe a responder aos critérios mínimos para poder se integrar a esta cadeia, não se tratando de um engajamento em agricultura orgânica. Segundo um representante desta cooperativa, alguns membros da Coocaminas são “dissidentes” da Coopfam, considerando que o modelo simultâneo orgânico e comércio justo oferece pouca margem de manobra para a produção agrícola. Mesmo com um menor engajamento socioambiental, é evidente que Coocaminas nasceu, em grande medida, sob a inspiração do projeto Coopfam.

## CONCLUSÕES

A emergência das questões territoriais favorece uma outra leitura dos problemas agrícolas e rurais. No lugar de impulsionar lógicas produtivistas, despontam perspectivas voltadas a reorientar o desenvolvimento considerando fatores sociais, culturais e naturais, articulados com o objetivo de valorizar as particularidades dos territórios.

Tal fenômeno, associado ao debate sobre a sustentabilidade social e ambiental, oferece elementos pertinentes de crítica, encorajando mudanças dos consumidores relativas às escolhas de produtos e serviços, repercutindo de maneira visível sobre o sistema agroalimentar. Trata-se da adoção contemporânea de uma postura favorável à gestão sustentável deste sistema que consiste, em grandes linhas, em reforçar a agricultura familiar, respeitar a natureza, assegurar a qualidade alimentar e permitir uma dinamização territorial. Ou seja, essas iniciativas inovadoras guardam uma forte correlação com os preceitos da multifuncionalidade agrícola. Além disso, elas demonstram uma grande capacidade de provocar mudanças no interior das instituições que, até então, se limitavam ao modelo convencional.

O estudo analisou uma experiência em torno da cafeicultura familiar brasileira, que fornece respostas às novas demandas e expectativas no que diz respeito à qualidade dos produtos alimentares. Efetivamente, estas dinâmicas se distanciam do modelo produtivista e industrial de concepção da agricultura. A Coopfam contribui com o processo de construção territorial, pois edifica referências inéditas para as escolhas locais, com reflexo na representação sobre os papéis da agricultura e do território, a partir de iniciativas ousadas dos atores e com vistas a ativar dinamismos econômicos, sociais, políticos e ambientais. Ela assegura, além disto, direitos aos cafeicultores ao cumprir um papel importante no comércio internacional, estabelecendo um elo direto entre a produção e os consumidores. Este último é, porém, baseado em um modelo de mercado construído sobre uma lógica diferenciada, não somente da racionalidade do lucro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LACOMBE, P. **L'agriculture à la recherche de ses futurs**. Paris: Éditions de l'Aube et Datar, 2002. 184 p.
- MAUSS M. Essai sur le don, forme et raison de l'échanges dans les sociétés archaïques *in* Sociologie et Anthropologie. Paris: PUF. 1950. pp.145-310.
- MORUZZI MARQUES, P. E.; SILVEIRA, M. A. da; CARON, D. Qualidade e diferenciação em torno do café: modelos em concorrência. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 5., 2007, Águas de Lindóia. **Anais...** Brasília, DF: Embrapa Café, 2007. 1 CD ROM.
- PEDINI, Sergio (2005). "Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar". Informe Agropecuário, Edição especial, Belo Horizonte, v. 26, p. 118-124.
- PECQUEUR, B. **Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés**. Paris: Economie Rurale n. 261, p. 37-49, 2002.
- PILLEBOUE, J. Quand l'expression de la multifonctionnalité de l'agriculture passe par la construction d'une image territoriale: le cas de l'Aubrac. In: COLLOQUE INTERNATIONAL LA MULTIFONCTIONNALITÉ DE L'ACTIVITÉ AGRICOLE ET SA RECONNAISSANCE PAR LES POLITIQUES PUBLIQUES, 2002, Paris. Actes... Paris: SFER, 2002. p. 313-336.
- POLANYI K. The great transformation, Beacon Press, Boston. 1944.
- SILVEIRA, M.A. da; CARON, D.; MARQUES, P.E.M.; IAMAMOTO, A.T.V. Análise da multifuncionalidade e desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. La cuestión rural em América Latina: exclusión y resistència social. Quito, 2006. CD-ROM. 16p.
- SILVEIRA, M. A. da, MORUZZI MARQUES, P. E.. "Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais", in CAZELLA, A., BONNAL, P., MALUF, R.. (Org.) **Agricultura familiar, contribuições para o desenvolvimento territorial do Brasil**", 2009, Rio de Janeiro, 301 p. Mauad.